







Tipo documento: **CAPA PROCESSO**

Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 5059111-78.2025.4.02.5101

Nº do processo 5059111-78.2025.4.02.5101
Classe da ação:  EXECUÇÃO FISCAL
Competência  Execução Fiscal
Data de autuação: 16/06/2025 12:15:27
Subseção de origem:  Rio de Janeiro
Situação  MOVIMENTO
Órgão Julgador: 
Juízo Federal da 4ª VF de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Juiz(a):  ANELISA POZZER LIBONATI DE ABREU

Assuntos

Código	Descrição	Principal
0312	Dívida Ativa, DIREITO TRIBUTÁRIO	Sim
03020106	Retido na fonte, IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física, Impostos, DIREITO TRIBUTÁRIO	Não
03040207	PIS, Contribuições Sociais, Contribuições, DIREITO TRIBUTÁRIO	Não
03040412	Contribuição sobre a folha de salários, Contribuições Previdenciárias, Contribuições, DIREITO TRIBUTÁRIO	Não

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (00.394.460/0216-53) - Entidade	 RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA (07.603.478/0001-55) -
RAQUEL RIBEIRO DE CARVALHO P1555185	Pessoa Jurídica

Informações Adicionais

Valor da Causa: R\$ 407.956,43	Nível de Sigilo do Processo: Sem Sigilo (Nível 0)	Anexos Eletrônicos: Não há anexos
Ação Coletiva de subst. processual: Não	Admitida execução: Não	Antecipação de Tutela: Não Requerida
Grande devedor: Não	Penhora no rosto dos autos: Não	Penhora/apreensão de bens: Não
Petição Urgente: Não	Reconvenção: Não	Vista Ministério Público: Não
Total CDA: 3		

Evento 1

Evento:

DISTRIBUIDO_POR_SORTEIO__RJRIOEF04F_

Data:

16/06/2025 12:15:27

Usuário:

P1555185 - RAQUEL RIBEIRO DE CARVALHO - PROCURADOR

Processo:

5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:

1



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
 PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

EXMO(A). DR(A). JUÍZ(ÍZA) DA SEÇÃO/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO DE JANEIRO - JUSTIÇA FEDERAL

ORIENTAÇÕES PARA REGULARIZAR O DÉBITO, AO FINAL.

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL - PGFN)**, CNPJ nº 00.394.460/0216-53, ora exequente, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional, ao final assinado(a), nos termos da Lei nº 6.830/1980 c/c Lei nº 13.105/2015, vem propor **EXECUÇÃO FISCAL**, consubstanciada no(s) Anexo(s) da(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa (CDA) que integra(m) esta petição inicial, contra o(s) devedor(es) e corresponsável(is) solidário(s), ora executados(s), abaixo indicado(s):

Nome do Devedor: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
Tipo do Devedor: PRINCIPAL
CNPJ: 07.603.478/0001-55
Endereço: DO MENDANHA, NR. 4489, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 23095-842

I – FATOS E FUNDAMENTOS

A exequente é credora da importância líquida, certa e exigível, representada pela dívida inscrita em Dívida Ativa da União (DAU) e materializada na(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa (CDA) anexa(s), que traz(em) os fundamentos fáticos e jurídicos para a cobrança:

Processo Administrativo	Inscrição	Valor Atualizado (R\$)
10348 723465/2024-41	70224017407-13	R\$ 401.109,40
10348 723465/2024-41	70624035196-06	R\$ 4.662,60
10348 723465/2024-41	70424276903-60	R\$ 2.184,43

Porém, até o momento, não foi paga nem se encontra parcelada, restando questionar por esta via judicial.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

II – PEDIDO(S)

Para tanto, a UNIÃO requer:

1. **A citação do(s) executado(s), por carta com aviso de recebimento**, nos termos do art. 8º da Lei nº 6.830/1980, a ser remetida ao(s) endereço(s) acima indicado(s), e, **alternativamente, caso frustrada a citação pelo correio, a citação por meio de oficial de justiça**, para que o(s) executado(s) pague(m), no prazo de 05 (cinco) dias, a dívida inscrita em DAU com os acréscimos legais definido(s) na(s) CDA(s) que integra(m) a presente petição, bem como custas e demais despesas processuais, já deduzidos os pagamentos parciais constantes do(s) Anexo(s);

2. Na hipótese de não efetivação da citação, conforme pedidos antecedentes, **a citação por edital do(s) executado(s)**, nos termos do art. 8º, III, da Lei nº 6.830/1980 c/c art. 830, §2º, da Lei nº 13.105/2015;

3. Não ocorrendo o pagamento da dívida inscrita, nem garantida a execução:

3.1. A **indisponibilidade de ativos ou de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira em nome do(s) executado(s) responsáveis pelo estabelecimento matriz e suas filiais**, se for o caso, limitada ao valor consolidado da dívida inscrita em DAU e seus acréscimos legais, indicada na presente execução fiscal, a ser efetivada por meio de sistema eletrônico gerido pelo Conselho Nacional de Justiça - SISBAJUD, sem dar conhecimento prévio ao(s) executado(s), nos termos do art. 854 da Lei nº 13.105/2015;

3.2. Caso o bloqueio via SISBAJUD seja insuficiente à garantia integral do valor executado, observada a ordem de preferência estabelecida no art. 11 da Lei nº 6.830/1980 c/c os arts. 835 e 837 da Lei nº 13.105/2015, **que o oficial cumpra a ordem de penhora e avaliação constante do mandado de citação** (art. 7º da Lei nº 6.830/1980), **a recair sobre tantos bens quanto bastem à integral satisfação da dívida inscrita em DAU e seus acréscimos legais**, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.830/1980, **com ordem expressa para que o(s) executado(s) indique(m) onde se encontram os bens sujeitos à execução, exiba(m) a prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, bem como abstenha(m)-se de qualquer atitude que dificulte ou embarace a realização da penhora**, sob pena de incorrer em ato atentatório à dignidade da justiça, ficando sujeito(s) às sanções previstas no parágrafo único do art. 774 da Lei nº 13.105/2015;

4. Na oportunidade, requer, ainda, a intimação das pessoas indicadas no art. 799 da Lei no 13.105/2015.

Por fim, com fundamento no art. 827 da Lei no 13.105/2015, requer a fixação de honorários advocatícios sobre o valor consolidado da(s) CDA(s) que porventura, pela sua natureza, não sofra(m) a incidência do encargo-legal ☐ previsto ☐ no ☐ Decreto-Lei ☐ no ☐ 1.025/1969.

A UNIÃO dá à causa o valor atualizado de **R\$ 407.956,43 (***quatrocentos e sete mil e novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos***)**, consoante o disposto no art. 6º, §4º da Lei nº 6.830/1980, correspondente ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s) nesta data.

Termos em que pede deferimento.

RIO DE JANEIRO, 13/06/2025 18:27.

RENATO MENDES SOUZA SANTOS

PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL (OAB-18454)





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DÉBITO

Para a regularização do débito executado, podem ser realizados o **pagamento** da dívida ou a sua **negociação** (transação ou parcelamento).

O pagamento e a negociação podem ser realizados pela internet, por meio do **REGULARIZE**, portal digital de atendimento da PGFN, disponível em www.regularize.pgfn.gov.br. O acesso ao portal se dá mediante cadastro realizado no próprio *site*.

As orientações para adesão à negociação e emissão das guias de pagamento estão no *site* da PGFN na internet, em www.pgfn.gov.br, no menu *Serviços e Orientações > Orientações aos Contribuintes*.

Consequências da não regularização

Caso não haja regularização do débito, a presente ação de execução fiscal seguirá adiante, podendo gerar a expropriação de seus bens, valores e direitos. Ademais, a PGFN poderá adotar outros atos gravosos de cobrança, tais como o protesto extrajudicial da certidão de dívida ativa e a comunicação da dívida a órgãos de proteção ao crédito.

Evite restrições e solucione sua dívida por meio do portal REGULARIZE.

www.regularize.pgfn.gov.br





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

ANEXO DE PROTESTOS

Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Número da Inscrição: 70 2 24 017407 13 **Processo Administrativo:** 10348 723465/2024-41
Devedor principal: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
CNPJ: 07.603.478/0001-55
Endereço: DO MENDANHA, Nr. 4489, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 23095-842

Identificação do Protesto	Número do Protocolo	Tabelionato Responsável	
202502RJ0114024465	0000021551	Tabelionato do 4º Ofício de Protesto de Títulos	
Valor do Protesto	Data do Protocolo	Data da Situação	Situação do Protesto
R\$ 357.204,18	03/02/2025 21:00	08/03/2025 21:07	Protesto Lavrado (Inf. do Cartório)

Identificação do Protesto	Número do Protocolo	Tabelionato Responsável	
202501RJ0112592931	0000000603	Tabelionato do 3º Ofício de Protesto de Títulos	
Valor do Protesto	Data do Protocolo	Data da Situação	Situação do Protesto
R\$ 354.653,80	02/01/2025 21:00	08/01/2025 10:05	Devolução pelo Tabelionato

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

ANEXO DE PROTESTOS

Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Número da Inscrição: 70 6 24 035196 06 **Processo Administrativo:** 10348 723465/2024-41
Devedor principal: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
CNPJ: 07.603.478/0001-55
Endereço: DO MENDANHA, Nr. 4489, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 23095-842

Identificação do Protesto	Número do Protocolo	Tabelionato Responsável	
202502RJ0114023998	0000021549	Tabelionato do 4º Ofício de Protesto de Títulos	
Valor do Protesto	Data do Protocolo	Data da Situação	Situação do Protesto
R\$ 4.153,84	03/02/2025 21:00	08/03/2025 21:07	Protesto Lavrado (Inf. do Cartório)

Identificação do Protesto	Número do Protocolo	Tabelionato Responsável	
202501RJ0112589713	0000000581	Tabelionato do 2º Ofício de Protesto de Títulos	
Valor do Protesto	Data do Protocolo	Data da Situação	Situação do Protesto
R\$ 4.124,58	02/01/2025 21:00	08/01/2025 10:04	Devolução pelo Tabelionato





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

ANEXO DE PROTESTOS

Procuradoria Responsável: SEGUNDA REGIAO
Número da Inscrição: 70 4 24 276903 60 **Processo Administrativo:** 10348 723465/2024-41
Devedor principal: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
CNPJ: 07.603.478/0001-55
Endereço: DO MENDANHA, Nr. 4489, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 23095-842

Identificação do Protesto	Número do Protocolo	Tabelionato Responsável	
202502RJ0114022603	0000021539	Tabelionato do 1º Ofício de Protesto de Títulos	
Valor do Protesto	Data do Protocolo	Data da Situação	Situação do Protesto
R\$ 1.945,54	03/02/2025 21:00	17/02/2025 20:37	Protesto Lavrado (Inf. do Cartório)

Identificação do Protesto	Número do Protocolo	Tabelionato Responsável	
202501RJ0112589497	0000000578	Tabelionato do 2º Ofício de Protesto de Títulos	
Valor do Protesto	Data do Protocolo	Data da Situação	Situação do Protesto
R\$ 1.931,71	02/01/2025 21:00	08/01/2025 10:04	Devolução pelo Tabelionato





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número **70 2 24 017407-13** da série 3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE (IRPJ), desde 05/08/2024.

Nome do Devedor: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
Tipo do Devedor: PRINCIPAL
CNPJ: 07.603.478/0001-55
Endereço: DO MENDANHA, NR. 4489, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 23095-842

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10348 723465/2024-41	R\$ 275.471,71	UFIR 258.877,61

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei nº 7799/89, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei nº 8177/91, art. 9, Lei nº 8218/91, art. 3 e 30, Lei nº 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RIO DE JANEIRO, 13/06/2025 18:27.

RENATO MENDES SOUZA SANTOS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL (OAB-18454)

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 2 24 017407-13

Origem					Nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	IMPOSTO	19/01/2023	23/01/2023	01/02/2023	R\$ 61.718,15 UFIR 58.000,32

Fundamentação legal

ARTS 100, 101 E 103 DL 5844/43; ART 16 L 4506/64; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ARTS 1, 3 PAR 4 E ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 74 L 8383/91; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 70 E INC I E AL E L 11196/05 C/ALT ART 38 LC 150/15; ARTS 13 PAR 1 INC XI E 14 LC 123/06; ART 1 INC IX (C/ALT ART 1 L 13149/15) L 11482/07; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11; ART 37 COMB C/ART 46 L 12663/12

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 17/02/2023	17/02/2023

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 12.343,63

Fundamentação legal

ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 2 24 017407-13

Origem					Nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE ALUGUEIS E ROYALTIES					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	IMPOSTO	19/01/2023	23/01/2023	01/02/2023	R\$ 36.761,28 UFIR 34.546,82

Fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ART 45 E PAR UN L 5172/66; ART 7 INC II E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 4 L 9981/00; ART 28 E PAR 1 L 10833/03; ART 70 E INC I E AL E L 11196/05 C/ALT ART 38 LC 150/15; ART 1 INC IX (C/ALT ART 1 L 13149/15) L 11482/07; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 17/02/2023	17/02/2023

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 7.352,25

Fundamentação legal

ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 2 24 017407-13

Origem					Nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/01/2023	IMPOSTO	17/02/2023	22/02/2023	01/03/2023	R\$ 35.386,97 UFIR 33.255,30

Fundamentação legal
ARTS 100, 101 E 103 DL 5844/43; ART 16 L 4506/64; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ARTS 1, 3 PAR 4 E ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 74 L 8383/91; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 70 E INC I E AL E L 11196/05 C/ALT ART 38 LC 150/15; ARTS 13 PAR 1 INC XI E 14 LC 123/06; ART 1 INC IX (C/ALT ART 1 L 13149/15) L 11482/07; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11; ART 37 COMB C/ART 46 L 12663/12

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 20/03/2023	20/03/2023

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/01/2023	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 7.077,39

Fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
 PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 2 24 017407-13

Origem					Nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE ALUGUEIS E ROYALTIES					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/01/2023	IMPOSTO	17/02/2023	22/02/2023	01/03/2023	R\$ 36.761,28 UFIR 34.546,82

Fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ART 45 E PAR UN L 5172/66; ART 7 INC II E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 4 L 9981/00; ART 28 E PAR 1 L 10833/03; ART 70 E INC I E AL E L 11196/05 C/ALT ART 38 LC 150/15; ART 1 INC IX (C/ALT ART 1 L 13149/15) L 11482/07; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 20/03/2023	20/03/2023

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/01/2023	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 7.352,25

Fundamentação legal

ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 2 24 017407-13

Origem					Nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE ALUGUEIS E ROYALTIES					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/02/2023	IMPOSTO	20/03/2023	21/03/2023	03/04/2023	R\$ 36.761,28 UFIR 34.546,82

Fundamentação legal

ART 103 DL 5844/43; ART 45 E PAR UN L 5172/66; ART 7 INC II E PAR 1 L 7713/88; ART 1 L 9249/95; ART 4 L 9981/00; ART 28 E PAR 1 L 10833/03; ART 70 E INC I E AL E L 11196/05 C/ALT ART 38 LC 150/15; ART 1 INC IX (C/ALT ART 1 L 13149/15) L 11482/07; ART 1 E PARS 1 E 2 L 12402/11.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 24/04/2023	24/04/2023

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/02/2023	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 7.352,25

Fundamentação legal

ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 2 24 017407-13

Origem					Nº da decl./notif.
IRRF/REND. DE TRABALHO ASSALARIADO					
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	
01/04/2024	IMPOSTO	20/05/2024	21/05/2024	03/06/2024	R\$ 20.737,89 UFIR 19.488,66

Fundamentação legal
ARTS 100, 101 E 103 DL 5844/43; ART 16 L 4506/64; ARTS 43 E INC I E 45 E PAR UN L 5172/66; ART 8 E PAR UN DL 1736/79; ARTS 1, 3 PAR 4 E ART 7 INC I E PAR 1 L 7713/88; ART 74 L 8383/91; ART 1 L 9249/95; ART 5 L 9250/95; ART 70 E INC I E AL E L 11196/05 C/ALT ART 38 LC 150/15; ARTS 13 PAR 1 INC XI E 14 LC 123/06;

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 15/05/2024	20/05/2024

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	
01/04/2024	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 4.147,57

Fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Origem					Nº da decl./notif.
IRRF/REMUN. SERV. PRESTADOS POR PJ OU SOC. CIVIS					
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	R\$ 1.432,94
01/04/2024	IMPOSTO	20/05/2024	21/05/2024	03/06/2024	UFIR 1.346,62

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 15/05/2024	20/05/2024

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	R\$ 286,58
01/04/2024	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-



Página 8 / 9



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
EXTRATO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 2 24 017407-13

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial		Multa Mora	Valores Originários
		Juros	Atualização Monetária		
IMPOSTO	19/01/2023	01/02/2023	23/01/2023	20.0%	R\$ 61.718,15
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 12.343,63
IMPOSTO	19/01/2023	01/02/2023	23/01/2023	20.0%	R\$ 36.761,28
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 7.352,25
IMPOSTO	17/02/2023	01/03/2023	22/02/2023	20.0%	R\$ 35.386,97
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 7.077,39
IMPOSTO	17/02/2023	01/03/2023	22/02/2023	20.0%	R\$ 36.761,28
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 7.352,25
IMPOSTO	20/03/2023	03/04/2023	21/03/2023	20.0%	R\$ 36.761,28
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 7.352,25
IMPOSTO	20/05/2024	03/06/2024	21/05/2024	20.0%	R\$ 20.737,89
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 4.147,57
IMPOSTO	20/05/2024	03/06/2024	21/05/2024	20.0%	R\$ 1.432,94
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 286,58

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número **70 4 24 276903-60** da série 4185 - DIV.ATIVA-CONTR.S.RETEN.PREV (TD), desde 05/08/2024.

Nome do Devedor: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
Tipo do Devedor: PRINCIPAL
CNPJ: 07.603.478/0001-55
Endereço: DO MENDANHA, NR. 4489, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 23095-842

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10348 723465/2024-41	R\$ 1.494,24	UFIR 1.404,19

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei nº 7799/89, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei nº 8177/91, art. 9, Lei nº 8218/91, art. 3 e 30, Lei nº 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RIO DE JANEIRO, 13/06/2025 18:27.

RENATO MENDES SOUZA SANTOS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL (OAB-18454)

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 4 24 276903-60

Origem					Nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/08/2022	CONTR. SOCIAL	20/09/2022	21/09/2022	03/10/2022	R\$ 495,00 UFIR 465,18

Fundamentação legal
ART 15 INC I E PAR UN (C/ALT ART 12 L 13202/15) E ART 31 (C/ALT ART 6 L 11933/09) L 8212/91; ART 1 L 9249/95; ART 7 PAR 6 (C/ALT ART 5 L 12995/14) L 12546/11.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 12/09/2022	20/09/2022

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/08/2022	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 99,00

Fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 4 24 276903-60

Origem					Nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	CONTR. SOCIAL	19/01/2023	23/01/2023	01/02/2023	R\$ 429,00 UFIR 403,15

Fundamentação legal
ART 15 INC I E PAR UN (C/ALT ART 12 L 13202/15) E ART 31 (C/ALT ART 6 L 11933/09) L 8212/91; ART 1 L 9249/95; ART 7 PAR 6 (C/ALT ART 5 L 12995/14) L 12546/11.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 13/01/2023	19/01/2023

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 85,80

Fundamentação legal
ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 4 24 276903-60

Origem					Nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA					
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	
01/12/2023	CONTR. SOCIAL	19/01/2024	22/01/2024	01/02/2024	R\$ 160,60 UFIR 150,92

Fundamentação legal ART 15 INC I E PAR UN (C/ALT ART 12 L 13202/15) E ART 31 (C/ALT ART 6 L 11933/09) L 8212/91; ART 1 L 9249/95; ART 7 PAR 6 (C/ALT ART 5 L 12995/14) L 12546/11.					
Forma de constituição do débito		Notificação		Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem	
DECLARACAO		009 - PESSOAL EM 30/01/2024		30/01/2024	

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	
01/12/2023	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 32,12

Fundamentação legal ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.					
Forma de constituição do débito		Notificação		Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem	
-		-		-	

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 4 24 276903-60

Origem					Nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA					
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	
01/01/2024	CONTR. SOCIAL	20/02/2024	21/02/2024	01/03/2024	R\$ 160,60 UFIR 150,92

Fundamentação legal ART 15 INC I E PAR UN (C/ALT ART 12 L 13202/15) E ART 31 (C/ALT ART 6 L 11933/09) L 8212/91; ART 1 L 9249/95; ART 7 PAR 6 (C/ALT ART 5 L 12995/14) L 12546/11.					
Forma de constituição do débito		Notificação		Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem	
DECLARACAO		009 - PESSOAL EM 14/02/2024		20/02/2024	

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	
01/01/2024	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 32,12

Fundamentação legal ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.					
Forma de constituição do débito		Notificação		Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem	
-		-		-	

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
EXTRATO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 4 24 276903-60

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários
CONTR. SOCIAL	20/09/2022	03/10/2022	21/09/2022	20.0%	R\$ 495,00
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 99,00
CONTR. SOCIAL	19/01/2023	01/02/2023	23/01/2023	20.0%	R\$ 429,00
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 85,80
CONTR. SOCIAL	19/01/2024	01/02/2024	22/01/2024	20.0%	R\$ 160,60
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 32,12
CONTR. SOCIAL	20/02/2024	01/03/2024	21/02/2024	20.0%	R\$ 160,60
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 32,12

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número **70 6 24 035196-06** da série 1772 - DIV.ATIVA-RET CONT PG PJ D PRI (DO), desde 05/08/2024.

Nome do Devedor: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
Tipo do Devedor: PRINCIPAL
CNPJ: 07.603.478/0001-55
Endereço: DO MENDANHA, NR. 4489, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 23095-842

É(São) devedor(devedores) da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente aos débitos especificados em anexo.

Processo Administrativo	Valor Total Inscrito Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10348 723465/2024-41	R\$ 3.160,02	UFIR 2.969,66

Fundamentação legal da cobrança:

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art. 1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei nº 7799/89, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art.1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei nº 8177/91, art. 9, Lei nº 8218/91, art. 3 e 30, Lei nº 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL nº 1025/69, art. 1; no DL nº 1645/78, art. 3, na Lei nº 7799/89, art. 64, par. 2 e Lei nº 8383/91, art. 57, par. 2 e multa de mora, com base no artigo 84, inciso II, parágrafo 8º, da Lei nº 8.981/95 (incluído pela MP 1.110/95, art. 17, e reedições).

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RIO DE JANEIRO, 13/06/2025 18:27.

RENATO MENDES SOUZA SANTOS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL (OAB-18454)

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 6 24 035196-06

Origem					Nº da decl./notif.
CSRF-RETENCOES FONTE P/PJ DIR.PRIV. L 10833/2003					
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	IMP/CONTRIB RET FONT	19/01/2023	23/01/2023	01/02/2023	R\$ 2.594,39
					UFIR 2.438,10

Fundamentação legal

ARTS 1 E 3 E AL B LC 07/70; ART 1 LC 08/70; ART 1 L 7689/88; ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 30, 31 E 35 (C/ALT ART 24 L 13137/15) L 10833/03; ART 1 L 12402/11.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 17/02/2023	17/02/2023

Origem					Nº da decl./notif.
MULTA MORA - 20 POR CENTO					-
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	Valor inscrito
01/12/2022	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	R\$ 518,87

Fundamentação legal

ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.

Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 6 24 035196-06

Origem CSRF-RETENCOES FONTE P/PJ DIR.PRIV. L 10833/2003					Nº da decl./notif.
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	R\$ 38,97 UFIR 36,62
01/12/2023	IMP/CONTRIB RET FONT	19/01/2024	22/01/2024	01/02/2024	

Fundamentação legal ARTS 1 E 3 E AL B LC 07/70; ART 1 LC 08/70; ART 1 L 7689/88; ART 1 LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 30, 31 E 35 (C/ALT ART 24 L 13137/15) L 10833/03; ART 1 L 12402/11.		
Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
DECLARACAO	009 - PESSOAL EM 08/02/2024	08/02/2024

Origem MULTA MORA - 20 POR CENTO					Nº da decl./notif.
			Termo inicial de		Valor inscrito
Período de apuração ano base/exercício	Natureza da dívida	Data do vencimento	Atualização monetária	Juros de mora	R\$ 7,79
01/12/2023	MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	

Fundamentação legal ART 61 E PARS 1 E 2 L 9430/96.		
Forma de constituição do débito	Notificação	Termo Inicial da Prescrição no Órgão de Origem
-	-	-





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - SEGUNDA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
EXTRATO DOS DÉBITOS

Processo Administrativo	Inscrição
10348 723465/2024-41	70 6 24 035196-06

Natureza do Débito	Data de Vencimento	Termo Inicial Juros	Atualização Monetária	Multa Mora	Valores Originários
IMP/CONTRIB RET FONT	19/01/2023	01/02/2023	23/01/2023	20.0%	R\$ 2.594,39
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 518,87
IMP/CONTRIB RET FONT	19/01/2024	01/02/2024	22/01/2024	20.0%	R\$ 38,97
MULTA MORA - 20 POR CENTO	-	-	-	20.0%	R\$ 7,79

Nº do agrupamento de inscrições



202500110797

Evento 2

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

24/06/2025 14:09:53

Usuário:

JRJ12570 - TATIANA FERRO DE LIMA DOS SANTOS PEGO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:

2

Evento 3

Evento:

DETERMINADA_A_CITACAO

Data:

25/06/2025 14:04:57

Usuário:

JRJ17172 - ANELISA POZZER LIBONATI DE ABREU - MAGISTRADO

Processo:

5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:

3



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B - 6º andar - Bairro: Saúde - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7644 - www.jfrj.jus.br - Email: 04vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

1 - Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação, na forma do art. 8º e seguintes, da LEF.

Caso a parte seja cadastrada no Domicílio Judicial Eletrônico, nos termos da Resolução nº 455/2022 do CNJ, **cite-se preferencialmente por meio eletrônico, na forma do art. 246 do CPC**, expedindo-se mandado de citação, contudo, se a parte não confirmar, em até 3 (três) dias úteis, o recebimento da citação.

AO CUMPRIR A DILIGÊNCIA DE CITAÇÃO, O SR. OFICIAL DE JUSTIÇA DEVERÁ CERTIFICAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE BENS PENHORÁVEIS.

O pagamento e a negociação podem ser realizados pela internet, por meio do REGULARIZE, portal digital de atendimento da PGFN, disponível em www.regularize.pgfn.gov.br. O acesso ao portal se dá mediante cadastro realizado no próprio site.

As orientações para adesão à negociação e emissão das guias de pagamento estão no site da PGFN na internet, em www.pgfn.gov.br, no menu Serviços e Orientações > Orientações aos Contribuintes.

Alternativamente, pode o interessado comparecer na PGFN, sediada na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 375, sala 629 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20020-010, tel. 3805-3609 e fax 3805-3612.

Se a parte executada comprovar pagamento, parcelamento da dívida ou nomear bens à penhora, remetam-se os autos ao(a) Exequente por 10 (dez) dias.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Efetivada a penhora por qualquer meio e não oferecidos Embargos no prazo legal, manifeste-se o(a) Exequente para os fins dos arts. 18 e 24, I, da LEF, em 10 (dez) dias e, em seguida, voltem conclusos.

2 - Em tendo sido requerido ou em sendo requerido a penhora online, pelo sistema SISBAJUD, desde já a defiro, nos termos do art. 854 do CPC, após a citação do(s) executado(s), pessoal ou, se pessoa física, por edital (esta nos termos do item 3 da presente decisão), sem que tenha sido oferecido bem à penhora, efetivado o pagamento ou noticiada adesão a programa de parcelamento. Desbloqueiem-se valores irrisórios, assim entendidos aqueles insuficientes aos custos do processo (valor inferior a 1% do valor da causa, até o máximo de R\$1.915,38, ou, em qualquer caso, inferior a R\$100,00).

Sendo a ordem pelo SISBAJUD positiva, intime-se o Executado na pessoa de seu advogado ou, se não o tiver - art. 854, § 2º, do CPC, pessoalmente, da penhora, para os fins do art. 16 da Lei nº 6.830/80, ciente de que se iniciará o prazo de 30 (trinta) dias para oposição de embargos. No mesmo prazo, fica intimado a complementar a garantia se o bloqueio tiver sido parcial.

Caso haja requerimento de desbloqueio formulado pelo(s) executado(s), voltem-me os autos imediatamente conclusos para decisão.

Outrossim, proceda-se ao desbloqueio de eventual indisponibilidade excessiva, como dispõe o § 1º do art. 854 do CPC.

2.1 - Mantido(s) o(s) bloqueio(s), converto a indisponibilidade em penhora, sem lavratura de termo (art.

854, § 5º, CPC) e determino a transferência do(s) saldo(s) para conta(s) judicial à disposição desta Vara, via SISBAJUD. Oportunamente, proceda-se à juntada aos autos do comprovante do depósito a ser fornecido pela CEF.

Caso a parte, sendo pessoa física, tenha sido citada por edital, sem resposta, (art. 830, § 2.º do CPC c/c art. 8.º da LEF), convolo o arresto dos ativos financeiros indisponibilizados via sistema SISBAJUD em penhora, nomeando como curador especial, n/f art. 72, II do CPC, um dos Membros da Defensoria Pública da União, a qual deverá ser intimada para opor embargos à execução no prazo de trinta dias, contados em dobro (art. 5.º, § 5.º da Lei nº 1.060/50).

Decorrido *in albis* o prazo para oferecimento de embargos, ou restando já preclusa a oportunidade para tal fim nos autos, dê-se vista à Exequente para que informe o valor do débito na data do depósito na conta judicial, bem como os dados necessários à conversão em renda/transferência dos valores.

Prazo: 10 (dez) dias contados em dobro n/f do art. 183 do CPC.

Após, **oficie-se à CEF para transformação em pagamento/conversão** em renda do valor informado ou da totalidade do valor depositado judicialmente, conforme o caso.

Com a resposta da CEF, dê-se vista ao Exequente para regular prosseguimento do feito, cabendo ao mesmo informar acerca de eventual débito remanescente e indicar, precisando-os, outro(s) bem(ns) para possível constrição, voltando após os autos conclusos para decisão.

3 - Sendo negativa a diligência de citação, expeça a Secretaria Edital para esse fim, na forma do art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80.

4 - Com o término do prazo da citação editalícia sem manifestação, se pessoa jurídica, ou em caso de não efetivação da penhora nos termos dos incisos precedentes, após intimado o exequente e nada mais sendo requerido, com fulcro no disposto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, **suspendo o curso da presente Execução Fiscal** pelo prazo máximo de 01 (um) ano, ou até manifestação de uma das partes.

Decorrido tal prazo, sem requerimento útil ao prosseguimento da Execução, os autos serão arquivados sem baixa na forma do art. 40, § 2.º da LEF, ficando a Exequente desde já ciente de que não haverá nova intimação acerca do arquivamento, o qual é decorrência automática do decurso do prazo de um ano de suspensão, iniciando-se o cômputo do prazo prescricional do referido arquivamento, nos termos do art. 40, § 4º, da LEF.

Intime-se.

Prazo : 10 (dez) dias.

Conforme previsão legal, somente com a efetiva localização do devedor ou de bens sobre os quais possa recair a penhora, os autos serão desarquivados para o prosseguimento da execução, atentando a Exequente para o fato de que o processo é eletrônico, podendo a Exequente ter acesso a qualquer tempo ao seu inteiro teor e peticionar no momento em que julgar oportuno. Petições requerendo vista ou suspensão por tempo determinado, seguida de nova vista, sequer serão apreciadas por este Juízo, por prejudiciais à celeridade e à economia processual.

Documento eletrônico assinado por **ANELISA POZZER LIBONATI DE ABREU, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510016508589v1** e do código CRC **600cd0ec**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): ANELISA POZZER LIBONATI DE ABREU

Data e Hora: 25/06/2025, às 14:04:57

5059111-78.2025.4.02.5101

510016508589.V1

Evento 4

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_CITACAO_ELETRONICA

Data:

25/06/2025 14:04:58

Usuário:

JRJ17172 - ANELISA POZZER LIBONATI DE ABREU - MAGISTRADO

Processo:

5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:

4

Executado:

RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Evento 5

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___ENCERRADO_PRAZO___AUSENCIA_DE_CONFIRMACAO_DE_CITACAO_

Data:

01/07/2025 01:15:08

Usuário:

SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:

5

Evento 6

Evento:

EXPEDICAO_DE_MANDADO____RJRIOSEMCI

Data:

18/07/2025 11:46:27

Usuário:

JRJ18447 - LEONARDO MAC CORMICK FRANCO - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:

6



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Av. Venezuela, 134, Bloco B - 6º andar - Bairro: Saúde - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7644 - www.jfrj.jus.br - Email: 04vfef@jfrj.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA

MANDADO Nº 510016732800

MANDADO DE CITAÇÃO - EF

CONTATO COM A VARA	DADOS DO PROCESSO
<p>RESPONSÁVEL</p> <p>Vara / Juizado: Juízo Federal da 4ª VF de Execução Fiscal do Rio de Janeiro</p> <p>Endereço: Av. Venezuela</p> <p>E-mail: 04vfef@jfrj.jus.br</p> <p>Telefone: (21)3218-7644</p> <p>Whatsapp: (21)99521-5226</p> <p>Acessar o Balcão Virtual pela plataforma Zoom através do link abaixo e/ou pela leitura do código QR no celular:</p> <div style="text-align: center;"> </div> <p>https://www.jfrj.jus.br/atendimento/atendimento-processual/balcao-virtual-dos-juizos</p> <p>Atendimento: Dias úteis entre 12(doze) horas e 17(dezessete) horas.</p>	<p>O Destinatário poderá acessar aos autos do processo, no site da Justiça Federal do Rio de Janeiro, através do link abaixo e/ou pela leitura do código QR no celular:</p> <div style="text-align: center;"> </div> <p>https://eproc.jfrj.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica e informar o número do processo 5059111-78.2025.4.02.5101 e a chave do processo 380298928225.</p> <p>SUPORTE TÉCNICO E-PROC: (21) 3952-5373 e digitar a opção 2.</p> <p>Observação: <u>O processo tramita eletronicamente</u></p>


	DADOS DO DESTINATÁRIO
	<p>Nome do executado: RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA</p> <p>CPF do executado: 07.603.478/0001-55</p> <p>Representante legal do executado (se houver):</p> <p>Telefone do executado ou representante legal com DDD (#)TELEFONEDESTINATARIO(#)</p> <p>E-mail do executado ou representante legal: (#)EMAILDESTINATARIO(#)</p> <p>Endereço do executado ou representante legal: ESTRADA DO MENDANHA, 4489, CAMPO GRANDE, Rio de Janeiro/RJ - 23095842 (Comercial)</p> <p>Ponto de referência (se houver):</p>



	FINALIDADE DESTE MANDADO
	<p>CITAR o destinatário para, em 5 (cinco) dias, pagar a dívida total atualizada e as custas judiciais, ou oferecer garantia equivalente à execução (art. 8º da Lei 6.830/80).</p> <p>(Sr(a). OFICIAL DE JUSTIÇA: <u>Certificar a existência ou não de bens penhoráveis</u>)</p>


	DADOS DA DÍVIDA
	<p>Número da(s) CDA(s): 7022401740713, 7042427690360 e 7062403519606</p> <p>Valor da dívida: R\$407.956,43 (quatrocentos e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos)</p> <p>Data da atualização: 16/06/2025 12:15:27</p>


	PAGAMENTO/PARCELAMENTO DE DÉBITOS COBRADOS POR:

Conselhos	Agências reguladoras e autarquias (ANTT, Inmetro, ICMBIO, etc)	União (Procuradoria da Fazenda Nacional)	 PRAZO
------------------	---	---	------------------

<p>No caso de optar pelo parcelamento/pagamento, o executado deverá verificar diretamente junto ao Conselho profissional exequente, através do seu site.</p>	<p>Para obter atendimento relacionado a débitos com autarquias e fundações públicas federais, inscritos em Dívida Ativa, é necessário preencher o formulário eletrônico disponível em https://bit.ly/atendimentoAGU, também acessível pelo QRCode abaixo:</p>  <p>Por meio do referido formulário, podem ser solicitados: guia(s) para pagamento à vista, orientações sobre parcelamento, emissão de memória de cálculo atualizada e emissão de guia(s) de parcelamento em curso. Preenchido o formulário, a resposta será enviada por e-mail, em até 5 (cinco) dias úteis.</p>	<p>No caso de optar pelo parcelamento/pagamento, o executado deverá verificar diretamente, através do seu site: https://www.regularize.pgfn.gov.br/</p>	<p>5(cinco) dias úteis a contar da citação</p>
--	--	---	---

 DISCUTIR A DÍVIDA	 DEPÓSITO JUDICIAL
<p>No caso de não concordar com a cobrança e pretender discuti-la judicialmente, você deverá constituir advogado ou defensor, a não ser que seja advogado, para oferecer garantia da dívida, escolhendo uma das opções abaixo:</p> <p>a) fazer depósito judicial, abrindo uma conta judicial na Caixa Econômica Federal - CEF; Agência da CEF: 4117 Operação: 635 E-mail da agência: ag4117rj01@caixa.gov.br Endereço da agência: Av. Venezuela, 134, térreo</p> <p>b) Outros meios de oferecer garantia à dívida, deverá ser orientado por um advogado ou defensor.</p> <p>https://www.jfrj.jus.br/conteudo/deposito-judicial-pagamento-parcelamento/depositos-judiciais</p>	<p>ABERTURA DE CONTA JUDICIAL</p> <p>Enviar os dados, relacionados abaixo, ao e-mail ag4117rj01@caixa.gov.br</p> <p>Número do processo: Vara Federal / Município: Rio de Janeiro-Secção: RJ Nome do contribuinte: CPF ou CNPJ do contribuinte: Telefone: Nome do autor: Nome do réu: Código da receita: Observação: A responsabilidade sobre os dados da abertura da conta judicial é exclusiva do depositante.</p>

 INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
<p>1 - Qualquer alteração de endereço ou meio de contato deve ser comunicada à Vara responsável, caso contrário, as correspondências encaminhadas para o endereço informado, serão consideradas válidas. art. da Lei. (art. 274 parágrafo único);</p> <p>2 - No caso de já ter realizado o pagamento ou parcelamento da dívida, não deixe de comunicar o fato à Vara responsável, bem como informar as providências adotadas, podendo a própria parte apresentar esta informação, dispensando o advogado;</p> <p>3 - Você precisará de advogado ou defensor para discutir a dívida, a não ser que seja advogado, nos termos do art.103, parágrafo único, do CPC/2015;</p> <p>4 - Caso você não tenha condições financeiras de contratar um advogado, entre em contato com a Defensoria Pública da União (DPU). Caso não exista DPU em sua localidade, entre em contato com o Juizado responsável nos dias úteis, entre 12(doze) horas e 17(dezessete) horas, para maiores informações sobre a nomeação do Advogado Voluntário/Dativo;</p> <p>5 - Em caso de dúvida, entre em contato com a Vara responsável, nos dias úteis, entre 12(doze) horas e 17(dezessete) horas.</p>

 CONTATO DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
<p>Endereço: Rua Uruguiana, 174, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.070-004</p> <p>Telefone: (21) 2460-5000 / (21) 2460-5062</p> <p>E-mail: dpu.rj@dpu.gov.br</p> <p>Horário de atendimento: de terça a quinta-feira, das 08:30 às 17:30h.</p> <p>Site: https://www.dpu.def.br/endereco-rio-de-janeiro#faqnoanchor</p>

 AUTORIZAÇÕES DO JUÍZO

1- O(A) Sr(a). Oficial(a) de Justiça está autorizado(a) a utilizar memorandos, cartas, mensagens eletrônicas, videochamadas ou telefonemas para o **cumprimento remoto** do presente mandado, conforme disposto na Portaria nº. JFRJ-PGD-2021/00007, desde que garantida a identificação do destinatário e a confirmação positiva de recebimento;

2 – O(A) Sr(a). Oficial(a) de Justiça está autorizado(a) **acumprir o presente mandado** no período de férias forenses, sábados, domingos e feriados ou dias úteis fora do horário compreendido entre 6(seis) horas e 20(vinte) horas, conforme artigo 212, §2º, do CPC/2015;

3 - O(A) Sr(a). Oficial(a) de Justiça deverá proceder, se for o caso, independente de novo despacho, o **cumprimento do ato**, utilizando-se da **modalidade de hora certa**, através da entrega da contra-fé à pessoa responsável pelo recebimento de correspondência, valendo-se dos artigos 252 e 253, ambos do CPC/2015;

4 - O(A) Sr(a). Oficial(a) de Justiça deverá informar quanto à **existência ou não de outros bens penhoráveis**;

5 - O(A) Sr(a) Oficial(a) de Justiça está autorizado a ter acesso aos endereços e telefones cadastrados em bancos de dados para viabilizar o cumprimento da ordem de forma eletrônica ou mesmo presencial;

6 - O(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça é autorizado a solicitar o auxílio de **força policial** (artigo 846, §2º, CPC/2015).

Mandado expedido por ordem do MM. Juiz Federal ANELISA POZZER LIBONATI DE ABREU, Rio de Janeiro em data 17/07/2025

Documento eletrônico assinado por **LEONARDO MAC CORMICK FRANCO, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510016732800v2** e do código CRC **34d5d7b1**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): LEONARDO MAC CORMICK FRANCO

Data e Hora: 18/07/2025, às 11:46:27

5059111-78.2025.4.02.5101

510016732800 .V2

Evento 7

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELo_OFICIAL_DE_JUSTICA____REFER____AO_EVENTO

Data:

23/07/2025 13:07:57

Usuário:

WN5 - KARINY SANTOS DA COSTA ALVES PORTO - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:

5059111-78.2025.4.02.5101/RJ

Sequência Evento:

7